EMBORNAL

Revista Eletrônica da Associação Nacional de História / Seção Ceará.

NAS VEREDAS DOS CANAVIAIS: NARRATIVAS DE EMBATES

Rivaldo Amador de Sousa*

Resumo:

O presente artigo pretende discutir algumas narrativas de trabalhadores e de líderes camponeses na luta por melhores condições salariais e de trabalho nas mesorregiões da Zona da Mata e Agreste paraibano, entre os anos de 1970 a 1985. Essas narrativas, que apresentam os embates travados entre os latifundiários e os trabalhadores rurais, constituem-se, verdadeiramente, numa complexa trama de palavras e silêncios, de risos e suspiros profundos que mais parecem tentativas de esconder sentimentos de medo, revolta e ressentimento. Em suas falas, as perdas e os ganhos se entrecruzam nas vivências desses "senhores do tempo", permitindo-lhes perceber a importância da luta e dos movimentos de resistência. Para essa discussão, foram utilizados memórias escritas, jornais, entrevistas, entre outros documentos que permitiram - e permitem - pensar as sensibilidades do mundo dos trabalhadores e a luta pela afirmação de seus direitos.

Palavras-Chave: Violência no Campo; Narrativas; Resistência.

ON THE WAYS OF SUGAR CANE PLANTATION: NARRATIONS OF CONFLICTS

Abstract:

The present article intends to discuss about narratives of workers and peasant leaders in the struggle for better wages and working conditions in the mesoregions of the Zona da Mata and Agreste region of Paraíba, between the years of 1970 and 1985. These narratives, that present the conflicts between the landowners and the rural workers, are truly a complex web of words and silences, laughter and deep sighs that seem more like attempts to hide feelings of fear, revolt and resentment. In their speech, the losings and gains intersect in the experiences of these "masters of time", allowing them to realize the importance of struggle and resistance movements. For this discussion, written memoirs, newspapers, interviews and other documents were used that allowed - and allow - to think the sensibilities of the workers' world and the struggle for the affirmation of their rights.

Keywords: Violence in the Field; Narrations; Resistance.

Recebido: 02/12/2016
Avaliado: 07/02/2017

* Doutorando em história pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco – UFPE. E-mail: riamaso@yahoo.com.br

Introdução

O objetivo deste artigo limita-se a uma discussão pouco aprofundada sobre relações de forças travadas entre latifundiários e trabalhadores rurais envolvidos, principalmente, nas atividades da economia açucareira entre o período de 1970 a 1985. Trata-se de algumas experiências ocorridas em municípios da Zona da Mata e do Agreste paraibano compreendidas aqui a partir do conceito de "embate" que se revela por meio de narrativas.

Os "embates" ocorridos entre esses personagens do mundo agrário só seriam melhor compreendidos se mergulhados dentro do seu contexto histórico. Sendo assim, faz-se necessário pensar, de maneira genérica, esse espaço e os elementos que os constitui. Trata-se de uma região caracterizada por uma sociedade patriarcal e paternalista; de economia predominante agrária, sobressaindo-se a produção açucareira baseada, exclusivamente, em precárias relações de trabalho e dominada pelo latifúndio.

Além de tudo isso, o período aqui delimitado coincide com o da Ditadura Militar (1964-1985), marcado pelo autoritarismo e pela grande repressão, e, evidentemente, sendo mediado pela violência. Observa-se também que nessas relações de força o mais fraco oferecia resistência que se apresentava de diversas formas diretas ou indiretamente (ROLLEMBERG; QUADRAT, 2011).

O controle do Estado era intenso e quase imbatível, uma vez que a rede de instituições de controle e combate aos ideais políticos de esquerda mantinha suas informações atualizadas. Esse Estado antidemocrático redefiniu, potencializou e ampliou uma máquina de violação que se demonstrou funcional para os grupos dominantes (SILVA, 2014). A fabricação e legitimação de uma semântica que promovia uma bipartição dos principais grupos sociais que eram classificados em cidadãos e subversivos, criminalizava as reações da gente despossuída e de baixo poder aquisitivo com o objetivo de inferiorizá-la e, consequentemente, neutralizá-la.

No mundo rural o autoritarismo e a violência do governo de regime ditatorial incidiu diretamente nas relações sociais e de poder, consentindo na legitimação das ações truculentas dos latifundiários e donos de engenho contra os trabalhadores e camponeses que se apresentassem em contraposição aos interesses daqueles. Apesar de constantes ações repressivas empreendidas por aparelhos do próprio Estado que encorajava e garantia a continuidade das transgressões ao espaço de direito por parte das elites agrárias, os embates tramados pelos grupos supostamente subordinados foi uma força decisiva para combater as práticas de exploração e expropriação consumadas por aqueles.

Resistência, Oralidade: Algumas Reflexões Teóricas

Como qualquer outro trabalho a nossa discussão que aqui se pretende exige algumas considerações teórico-metodológicas. Teórico porque alguns conceitos, em especial o de resistência, merecem um desdobramento que lhe permita o uso empírico do seu enunciado. Metodológica pelo fato de envolver a fonte oral como documento histórico importantíssimo na (re)elaboração do passado e na construção de narrativas que consubstanciam na invenção desse passado e que aqui busco explorar.

Algumas formulações teóricas sobre o conceito de resistência, elaboradas por diferentes pensadores, podem nos ajudar a pensar sobre as práticas empreendidas e implementadas pelos sujeitos anônimos da história. Contudo, penso que a formulação oferecida pelo antropólogo e cientista político James C. Scott, neste momento, seja suficiente para a compreensão das ações de resistência desenvolvidas cotidianamente pelos trabalhadores do campo numa luta constante pela sobrevivência.

Tratando de diferentes formas de resistir, esse norteamericano formulou um conceito que denominou de formas de resistência cotidiana. Ele desenvolveu esse conceito durante os seus dois anos de observação participante na aldeia da planície Muda situada no Estado de Sedaka, no Nordeste da Malásia, no final da década de 1970. A introdução da mecanização na cultura do arroz, nessa aldeia, acarretou o desemprego dos trabalhadores durante a colheita, promovendo um aumento considerável de desigualdade entre a "gente pobre" e os proprietários de terra.

Scott observou que os conflitos de classe não se deram de maneira direta nem de forma organizada, mas por meio de uma "luta prosaica" (1985). Para esse pensador, existiam outras "formas cotidianas de resistência camponesa" que não se caracterizam como lutas de confronto e que surtiram muito mais efeitos que aquelas organizadas por um ou mais líderes. As formas denominadas ocultas são consideradas por Scott como "as armas ordinárias dos grupos relativamente desprovidos de poder [...]", sendo exemplos: "relutância, dissimulação, falsa submissão, pequenos furtos, simulação de ignorância, difamação, provocação de incêndios, sabotagem, e assim por diante". Além de não exigir coordenação, elas "representam uma forma de autoajuda individual; e tipicamente evitam qualquer confrontação simbólica com a autoridade ou as normas da elite" (SCOTT, 2011, p. 219).

O poder que detém essas "formas cotidianas" está em alguns aspectos de sua configuração, tais como a sua multiplicidade, o seu anonimato, a sua invisibilidade. Partindo do primeiro aspecto, é interessante observar que, "assim como milhões de pólipos de antozoários criam um arrecife de corais, milhões e milhões de atos individuais de insubordinação e de evasão criam barreiras econômicas e políticas por si próprios" (SCOTT, 2002, p. 13). Mas essas formas

se tornam muito mais combatentes porque são difíceis de serem visibilizadas. O fato é que "a natureza dessas ações, muitas vezes não declaradas e anônimas, torna particularmente difícil ao antagonista avaliar a culpa e aplicar sanções" (SCOTT, 2011, p. 225). Além disso, o fato dessas práticas serem anônimas é que elas se dão de maneira consideradas ocultas e, portanto, se encontrarem num campo de invisibilidade. De acordo com Scott,

> Uma vez que designamos o comportamento subordinado na presença da figura dominadora como discurso público, usaremos o termo discurso oculto para caracterizar o discurso que tem lugar nos bastidores, fora do campo de observação directa dos detentores do poder. O discurso oculto é, pois, conotativo no sentido em que consiste em enunciados, gestos e práticas que, tendo lugar fora de cena, confirmam, contraditam ou inflectem aquilo que aparece no discurso público (SCOTT, 2013, p. 31).

No entanto, penso que seja também importante considerar aqui as formas diretas de resistência, como sendo aquelas, especialmente, empreendidas pelas ações organizadas politicamente. São exemplos desse modelo Ligas Camponesas, sindicatos rurais, associações etc. Não cabe neste trabalho discutir as diferenças nessas formulações, mas pensar como elas, se realizando de modo diverso, embora com o mesmo fim, produziram conjuntamente um embate capaz de minar a realização plena de um projeto de "dominação" defendido, principalmente, pelas elites agrárias.

Uma segunda discussão de caráter teórico necessária aqui é a que trata sobre memória e história oral, uma vez que parte das narrativas apropriadas para a elaboração deste artigo são de trabalhadores rurais e líderes sindicais publicadas em alguns trabalhos como os dois volumes organizado por Emília Moreira (1997) e as entrevistas realizadas pela Irmã Tonny van Ham (2006). Também foram utilizadas algumas entrevistas que fiz há aproximadamente três anos e que se constituem como documentos históricos.

Não seria inconveniente pensar a contribuição da história oral para a investigação aqui proposta, dando ênfase a sua valoração enquanto instrumento específico que permite observar as experiências dos trabalhadores rurais por meio de sua própria perspectiva. O reconhecimento da fonte oral tem garantido terreno e se consolidado pelo progresso feito ao longo dos últimos 30 anos. De acordo com Philippe Joutard, "os defeitos que lhe atribuem, as distorções ou os esquecimentos tornam-se uma força e uma matéria histórica" (1996, p. 54). Para Michael Pollak, a história oral tem sido compreendida como uma possibilidade metodológica da história. Os homens conservam e transmitem sua memória porque precisam de uma identidade (1989, p. 7).

Analisando a importância da história oral na elaboração do passado, Paul Thompson observa que o historiador pode construir outra abordagem como a que passa a investigar "o mundo dos pobres, e aprender como o pobre via o funcionário da assistência social e de que modo sobrevivia a suas negativas" (1998, p. 26). Dialogando com esse historiador, estou quase

certo de que seria impossível compreender as experiências dos trabalhadores do campo, a partir de sua própria perspectiva, por meio de outra fonte. Partindo da própria percepção desses personagens, o historiador se aproxima mais de uma realidade do passado. Pois que, "a realidade é complexa e multifacetada; e um mérito principal da história oral é que, em muito maior amplitude do que a maioria das fontes, permite que se recrie a multiplicidade original de pontos de vista" (1998, p. 25-26). A narrativa de um grupo social está estruturada em uma vida própria, construída a partir de um conjunto de vivências e experiências particulares baseadas num conjunto de valores culturais. "A história oral (...) traz a história para dentro da comunidade e extrai a história de dentro da comunidade" (THOMPSON, 1998, p. 44).

À medida que os entrevistados lembram de suas experiências constrói-se uma narrativa que difere de muitos documentos históricos elaborados por outros grupos sociais que, muitas vezes, não conseguem dar visibilidade à memória do trabalho e seus algozes. Além disso, é importante compreender que se trata de uma elaboração do passado, mas não de uma invenção distante da realidade. Nesse sentido, esclarece Ecléa Bosi que,

> Na maior parte das vezes, lembrar não é reviver, mas refazer, reconstituir, repensar, com imagens e idéias de hoje, as experiências do passado. A memória não é sonho, é trabalho. Se assim é, deve-se duvidar da sobrevivência do passado, 'tal como foi', e que se daria no inconsciente de cada sujeito. A lembrança é uma imagem construída pelos materiais que estão, agora, à nossa disposição, no conjunto de representações que povoam nossa consciência atual (BOSI, 2010, p. 55).

Portanto, o acontecimento narrado pelos relatos orais não devem ser trabalhados pelo historiador tal como foi, mas, antes de tudo, interpretado como qualquer outra fonte. Além de tudo, na história oral lida-se diretamente com a subjetividade. A linguagem gestualística é um complemento da fala que pode ser conduzida por expressões que traduzem sentimentos de perca, de frustação, de tristeza, de alegria etc. O esquecimento ocupa aqui uma função primordial, que é a de fazer não mais aparecer na lembrança tudo aquilo que causou dor em um outro tempo, uma vez que se torna óbvio os silêncios e as omissões durantes as entrevistas.

Exploração e Expropriação: Memórias da Violência no Campo

Não são poucas as informações que revelam os diferentes modos de violência no campo praticada contra o trabalhador rural por latifundiários e donos de engenho. As fontes que assinalam para um exacerbado nível de exploração e expropriação são diversas (BRUNO, 2003). As condições miseráveis em que viviam os trabalhadores e as relações de trabalho estabelecidas revelam aspectos de uma intensa desigualdade social.

Poder-se-ia nomear inúmeros exemplos que evidenciam as condições e situação acima descrita. Descrevendo as lutas dos trabalhadores rurais e camponeses pela posse de terras em muitos dos municípios do Estado da Paraíba, Emília Moreira (1997) denuncia as condições precárias desses personagens do campo. Um desses exemplos catalogados é o Engenho do Meio[1], situado no município de Alagoa Grande. Nele a autora observa que

> [...] dominava o sistema morador, como forma de relação de trabalho. Este sistema apresentou ali duas faces distintas, em momentos distintos. Na administração da antiga proprietária, os agricultores trabalhavam sob o regime de "condição" ou "cambão", dando um dia de trabalho ao proprietário como forma de pagamento pelo uso da terra, sem perceber qualquer remuneração. Com o arrendamento da propriedade, passaram a trabalhar como moradores-diaristas. Embora diaristas, continuavam a dar um dia de trabalho gratuito ao patrão (trabalhavam cinco dias, porém eram remunerados por quatro) (MOREIRA, 1997, p. 426).

Segundo esta autora, esses trabalhadores moravam em "casas de taipa, sem reboco, coberta de telha, de chão batido, em péssimo estado de conservação", mas ainda tinha direito a explorar uma pequena área destinada à agricultura de subsistência. No entanto, a partir da administração do novo arrendatário, os trabalhadores/moradores tiveram suas áreas cultiváveis reduzidas para a expansão do cultivo da cana de açúcar, além de serem proibidos de ali plantar qualquer cultura permanente. A reação dos trabalhadores não agradou muito ao arrendatário, que passou a realizar ameaças e agressões. Em julho de 1983 sete "deles tiveram as plantações destruídas por tratores da Usina Tanques, a mando do arrendatário. Nesse mesmo período, o trabalhador Carlos Fernandes Ribeiro foi ameaçado de morte" (MOREIRA, 1997, p. 427).

Esse exemplo pode ser figurado na narrativa de um trabalhador que morava na Usina Santa Rita, localizada no município de Itabaiana. Na verdade, a fala abaixo ilustra um pouco as referências feitas acima em torno da moradia e das relações de trabalho na lavoura canavieira e em outras culturas:

> Quando eu dava um dia pro (sic) proprietário na época da condição, a gente plantava inhame, quando não trabalhava aqui ia pra (sic) Engenho Novo que era uma propriedade que também pertencia a Usina Santa Rita e o administrador era um só. Lá também foi Engenho mais quando cheguei aqui também tava (sic) parado. Fazia cercado, limpava mato, destacava a braço e cortava cana, limpava cana. Agora nessa época eu fui muitas vez (sic) trabalhar em Garjaú [Engenho Gargaú em Santa Rita-PB]. Dormia debaixo de um pé de pau. Quando chovia, botava a rede debaixo do braço e ficava em pé debaixo do pé de pau [...] (MOREIRA, 1997, p. 272).

[1] Essas terras eram de propriedade de Maria Benevides Maroja de Castro e que foram arrendadas no ano de 1983, por um período de sete anos, ao médico José Buarque de Gusmão Neto (Zito Buarque) que gerenciava a Usina Tanques de propriedade do seu sogro Agnaldo Veloso Borges (MOREIRA, 1997, p. 26).

Em Alhandra o drama da moradia é percebido por essa autora. Em uma das entrevistas concedidas pela senhora Dona Berenice, ex-moradora da Fazenda Sabaúma, a violência na década de 1970 praticada pelos proprietários de terra contra os trabalhadores se mostra naturalizada. Em 1976, quando da morte do antigo dono da fazenda, parte das terras foram adquirida pelo senhor Edgar Jorge da Cunha que passou a introduzir, nesse terreno, a cultura da cana de açúcar, invadindo as glebas dos moradores destinadas à agricultura de sobrevivência. Com o novo proprietário das terras o nível de exploração se intensificou por meio de novas práticas como a invasão do gado, o aumento do foro, o cambão etc. Isso resultou no aumento da tensão.

De acordo com Moreira, uma dessas narrativas lembra as lutas enfrentadas pelos moradores: "o desmantelo daqui começou desde quando nós cheguemos aqui. Nossa vida aqui foi muito complicada, não foi fácil não. A gente plantava o roçado, o gado ia, comia a lavoura da gente todinha e a gente ficava sem nada na vida" (MOREIRA, 1997, p. 210). A moradia também era outro problema doloroso: "minha casa era toda de palha. O patrão não permitia nem mesmo que a gente fizesse as paredes de taipa. A gente vivia no maior sofrimento dentro da palha podre, misturado com lacrau, barata e tudo que era bicho. A senhora não avalia o nosso sofrimento" (MOREIRA, 1997, p. 210).

Na fazenda Garapu, no município de Conde-PB, na década de 1970 os trabalhadores sofreram com a insensibilidade do novo proprietário, a partir de 1974, quando esse passou a destruir os roçados cultivados pelos camponeses para a plantação de bambu. Na verdade, o suposto novo proprietário não conseguia provar que as terras eram de sua propriedade[2]. Para os latifundiários, a maneira mais conveniente de retirar a posse de terra dos moradores era expulsá-los de sua propriedade. Trata-se de uma estratégia bastante utilizada, principalmente durante esse período.

Em Camucim, no município de Pitimbu-PB, os trabalhadores sofriam todo tipo de violência que os usineiros "destilavam", buscando uma forma de incriminá-los. De acordo com Moreira, um dos entrevistados denuncia em 1979 o que vinha sofrendo ali: "Era pressão de capanga, era polícia, era tudo em cima da gente direto, sem parar. Os capangas entravam aqui armados. Eles vinham de dez, de cinco, de doze... nós se tremia de medo, não arredava o pé" (MOREIRA, 1997, p. 126).

Revoltados com a injustiça dos usineiros e tornando-se um forte sentimento de indignação ao presenciarem o despejo de uma senhora de 68 anos de sua "humilde residência", no dia 15 de janeiro de 1979, os trabalhadores rurais e camponeses de Coqueirinho e Cachorrinho, na Usina Olho D'Água em Pedras de Fogo-PB, denunciaram por meio de uma carta endereçada à Presidência da República a brutalidade com que foi conduzido o despejo:

[2] O NORTE, João Pessoa, 31 dez. 1977, p. 10

> A agricultora já está despejada. Ontem, dia 15, nós estávamos limpando a lavoura dela quando chegou de surpresa o oficial de justiça acompanhado de 30 policiais todos armados de fuzil e metralhadora e mais os trabalhadores da Usina Olho D'Água com máquinas e tratores e vários carros, dando dez minutos para desocupar o terreno... Derrubaram a casa e plantaram todo o terreno de cana [...] (MOREIRA, 1997, p. 256).

Exemplos semelhantes viram páginas de periódicos, dando visibilidade pública à violência sofrida pela "gente pobre" do campo. Em Alagoa Nova – PB, 50 famílias, aproximadamente, resistiram à expulsão das terras do proprietário. O fato repercutiu no Estado ao ser publicado em um jornal campinense, o *Gazeta do Sertão*. A destruição das habitações e ameaças de morte já vinham acontecendo desde 1978, quando cinco anos depois os trabalhadores passaram a enfrentar o proprietário[3]

Também em Pedras de Fogo, acontecimentos dessa mesma natureza tornam-se figurantes em página de jornal, ganhando o caráter de denúncia. O fato é que "[...] o arrendatário da propriedade Engenho Fazendinha, Mário Antônio Barbosa, invadiu a área ocupada pelos camponeses e derrubou algumas casas e ameaçou os agricultores, caso eles denunciassem na justiça o que haviam feito [...]"[4].

Essas narrativas se entrelaçam entre tantas outras que nos permitem visibilizar as práticas vivenciadas por muitos dos agentes que constituem os bastidores do teatro campesino. Entre tantas experiências vale trazer para esse quadro outros importantes casos. Assim, vejamos como o senhor Francisco Nascimento que viveu grande parte de sua vida no município de Alagoa Grande-PB, trabalhando no corte da cana em alguns engenhos que abasteciam a Usina Tanques, lembra essas experiências da exploração e da violência sofrida. Segundo esse entrevistado,

> Os filhos dele [proprietário de terras] me ameaçaram. Eu ía chegando com uma carga de mandioca na casa de farinha, eles deram no meu animal e tudo mais, empataram de eu não fazer mais farinha lá. Aí, tá certo, eu tirei a mandioca, aí fui fazer noutra casa de farinha. Aí foi dando, foi dando, aí eu... dizendo, não deram mais serviço a gente, nem a eu nem a Edmilson. Aí, com um tempo eu fui trabalhar em Santa Maria [Engenho Santa Maria]. [...] Eu sei que depois ele derrubou os pés de laranja, derrubou tudo. [...] Quando foi com dois anos ele teve que me pagar. Caçaram eu, meus mandatos, para me botar para fora como uma justa causa, não é? Mais não tiveram força para isso porque não encontraram defeito, não é? Eu tô [estou] dizendo que Deus é bom! (NASCIMENTO, 2014)

O protagonista desse fragmento lembra alguns momentos que foram, para ele, dolorosos no final da década de 1970 quando as terras em que era morador fora exigida pelo proprietário para atender à expansão da cultura canavieira. Como recusou, seu Francisco Nascimento passou a sofrer retaliações por parte dos filhos do seu patrão. Nesse campo as técnicas de poder que violam são comuns. Observando com certa distância o teatro parece ser o mesmo, o campo, o

[3] GAZETA DO SERTÃO, Campina Grande, 10 mar.1983, p. 4
[4] O NORTE, João Pessoa, 10 out, 1981, p. 3

canavial; os atores os mesmos, os trabalhadores e camponeses quase sempre as vítimas, os latifundiários quase sempre os algozes; as cenas as mesmas, em sua grande maioria trata-se do conflito que envolve a luta pela terra e/ou respeito aos direitos trabalhistas. Contudo, não é difícil compreender que o enredo muda a cada cena.

Enquanto essas repressões, situação comum nas áreas canavieiras, seguiam como prática naturalizada, as reações dos trabalhadores pareciam ser poucas. Não se trata de uma maneira de aceitar passivamente. É natural que a gente despossuída se sentindo ameaçada pelo latifúndio preferisse silenciar-se, inicialmente, zelando pela sua sobrevivência. Em determinadas circunstâncias, o silêncio parecia ser uma das únicas formas que o trabalhador rural encontrava de não ver a sua família em situação de perigo ainda maior.

Outro exemplo que permite evidenciar a rede de repressão e todo tipo de tratamento brutal dado ao trabalhador rural nas relações de trabalho é um fato ocorrido na Usina São João, situada no município de Sapé-PB. De acordo com o documento consultado, era costume os trabalhadores, conduzindo suas ferramentas de trabalho, serem transportados até a Fazenda em um caminhão sem as adequações devidas de segurança. Em uma dessas viagens, aonde conduzia-se 120 trabalhadores, um acidente vitimou quatro canavieiros. Uma das vítimas, o trabalhador assalariado Severino Manoel do Nascimento, foi obrigado a permanecer em casa durante oito dias para se recuperar das lesões provocadas pelo acidente. Ao voltar ao serviço, procurou o administrador da Usina para queixar-se da insegurança do transporte que continuava pondo em risco de morte todas aquelas pessoas. O fato é que,

> O administrador da Usina não gostou da reclamação e se dirigiu a Fazenda Central da Usina São João e de lá deslocou três vigias que voltando ao local onde o canavieiro trabalhava, colocou-o no carro, levando para a sala de armas da Usina, algemando-o, passando a espancar o trabalhador, com chutes, pontapés, bofetes, gritando impropérios e toda sorte de ameaças, além de colocar uma metralhadora no seu ouvido, tudo isto durante cinco horas[5].

Imediatamente ao ocorrido a administração da usina despediu a vítima sem uma única causa que justificasse tal ação. O caso fora denunciado pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Sapé à Secretaria de Segurança Pública e ao Ministério do Trabalho. Não sabemos qual foi o resultado da investigação porque não cabe aqui essa discussão. O fato é que a retaliação sofrida pelo trabalhador servia como uma espécie de dispositivo comum que normatizava as regras de mando definida pelos proprietários de terras e donos de usinas.

Na matéria seguinte pode-se observar como essas práticas se revelam mais fortes e imbricadas. Sendo em outro município relativamente distante do município de Sapé, evidencia-se que essas práticas não se davam de forma isoladas.

[5] O NORTE, João Pessoa, 03 dez 1985, p. 5

> José Francisco da Silva, 65 anos, disse que, além de ter a sua lavoura destruída, foi espancado por duas vezes, pelo arrendatário Mário Antônio Pereira e seus capangas. "Eles davam em mim e diziam que se eu não fosse embora da terra, vinham me espancar outra vez. Sofri muita pancada na cabeça, derramei sangue e fiquei muito tempo todo dolorido".
> José Galdino de Oliveira, 67 anos, disse que os capatazes permanecem circulando pela propriedade, sobretudo nos "roçados", fazendo ameaças. Dizem que, "a qualquer momento pode aparecer um camponês morto, sem haver qualquer punição para os responsáveis. Mais de cinco hectares plantados com arroz, feijão, batata, inhame e macaxeira, foram destruídos. "Eles passaram o trator, arrancando tudo, para plantar cana de açúcar". (...)
> Disseram, ainda, que Mário Antônio Pereira, confiante na posição de prefeito da cidade de Juripiranga, eleito pelo PDS, vive dizendo que não adianta fazerem queixa à justiça, "porque eu sou juiz, delegado e dirigente da terra"[6].

"Lavoura destruída", "espancamento", "capanga", "capatazes", "camponês morto" constituem peças principais de um mapa de uma realidade que não condiz com um discurso preparado pelas elites dominantes. Todos esses termos, verbos e substantivos, são enunciados comuns na gramática camponesa em áreas de domínio da cana de açúcar que se concentram nas mesorregiões do Agreste e Zona da Mata do estado da Paraíba. Juntos eles comportam sujeito e ação tão presentes nas muitas narrativas historiográficas que confirmam uma geografia dos conflitos no campo.

Nas últimas linhas da reportagem a fala do prefeito da cidade se inscreve na prática do mandonismo local, prática tão comum nessa região interiorana. Tão comum porque todos os esforços empreendidos com o propósito de punir aqueles exploradores e expropriadores parecem ser inúteis diante de todo o poder exercido por certos potentados locais, principalmente quando se trata de latifundiários enriquecidos com o poderio açucareiro. Configurando-se como abuso de poder, essa posição se caracteriza como uma violência exposta na própria forma da cultura política regional (CARVALHO, 1997).

Em entrevistas concedidas sobre a luta no campo e a vida de João Pedro Teixeira em Sapé, muitas narrativas convergem para o drama que o trabalhador rural viveu em torno da região desse município. "Aqui, ninguém era doido para dizer que tinha a carteira de agricultor, porque o homem aqui sangrava na goela. Matava mesmo" (VAN HAM, 2006, p. 106). Nesta fala, referindo-se às décadas de 1960-1970, o trabalhador lembra a repressão sofrida pelo homem do campo. Essa afirmação é completada por Maria da Penha, líder sindicalista, quando em seu diagnóstico declara: "[os moradores] Só votavam no Partido dos usineiros, não podiam votar noutro Partido. Isso tudo com raiva, por conta desse acompanhamento das Ligas Camponesas. Fazia parte disso" (VAN HAM, 2006, p. 107).

[6] CORREIO DA PARAÍBA, João Pessoa, 17 ago. 1983, p. 3

Estudando a violência patronal no campo durante a "Nova República", Ângela Bruno compreende que se trata, indubitavelmente, de uma "prática de classe". Para essa autora, "[...] dois principais traços marcam o perfil das classes e grupos dominantes no campo: a defesa da propriedade como direito absoluto e a violência como prática de classe" (2003, p. 285). Essa violência fabricada e promovida pelos senhores de terra fora objeto de estudo de outros pesquisadores brasileiros de diferentes áreas do conhecimento, sendo mais comum nas ciências sociais. Focando-se no período a que se restringe este trabalho, tais pesquisas corroboram com um aspecto geral, o tratamento dado aos trabalhadores urbanos e rurais.

Algumas experiências nos serão úteis para compreendermos que essa prática não é um tratamento exclusivo de um determinando local. Elas constituem-se elementos comuns que comungam de um mesmo rito e fazem parte de uma região mais ampla. Esses acontecimentos não são exclusividades da Paraíba (CARNEIRO; CIOCCARI, 2011). Também ocorreram de maneira semelhante em todos os Estados do Nordeste, resguardando as suas peculiaridades. Entre esses estudos vale lembrar um que foi realizado pela historiadora Christine Dabat (2006). Em *Moradores de Engenho...* a autora apresenta, por meio de diversas entrevistas com trabalhadores rurais do agreste pernambucano, as constantes e diversas formas de repressão e violências executadas pelos latifundiários em seus canaviais contra os camponeses e trabalhadores braçais.

A violência pulverizada no campo e legitimada por um Estado como uma ação banal e/ou naturalizada deixou marcas profundas na vida de muitas famílias da população campesina. O assassinato de João Pedro Teixeira figura como uma imagem simbólica de grande atentado à vida do homem do campo (VAN HAM, 2006). Os gestos brutais repetidos em muitas mortes de trabalhadores rurais e líderes sindicais confirmam um poder incontrolável do latifúndio que violam os direitos humanos, promovendo a constituição de um ressentimento natural ao sufocar as reações dos movimentos e lutas dos trabalhadores.

A tragédia de Mari -PB aparece nas memórias de grande parte da sua população como um acontecimento ainda insuperável pelo fato da covardia e brutalidade marcarem profundamente a condução da realização do crime. O assassinato de Margarida Maria Alves não se resume apenas e tão somente ao ato violento que dilacerou parte do seu rosto. Ele se projeta na articulação da estratégia do grupo de pessoas consideradas mentoras do crime (BARBOSA, 1984).

O ódio das elites agrárias e esse ressentimento dos trabalhadores rurais reafirmam a existência prolongada de um campo minado nessa região, onde qualquer pequena ação de um dos lados pode acender uma luta violenta, fazendo explodir uma força incontrolável que jogará para o futuro muitos fragmentos de revoltas numa grande proporção.

Essas narrativas, muitas vezes, parecem dar um grito de denúncia de um lugar que antes era de silêncios e conjecturas alarmantes, onde se forjavam verdades num alijamento de corpos desprovidos de direitos e de, no mínimo, proteção. A fragilidade da justiça parecia ser mais dolorosa ao trabalhador e camponês do que a própria violência cometida contra esse personagem anônimo da história pelo latifundiário.

Quando Parecer "(Não) Resistir" é a Unica Forma de Sobreviver

Quando a pesquisadora Rangel se propôs a realizar sua pesquisa sobre as Ligas Camponesas na Paraíba em fins da década de 1990, pretendia narrar as experiências de trabalhadoras e trabalhadores rurais, enfatizando as suas lutas políticas por melhores condições de trabalho e salariais e terra para trabalhar a partir de suas próprias memórias. Contudo, as suas pretensões encontraram grandes obstáculos no receio que os atores sociais – os entrevistados – tinham de sofrer quaisquer retaliações por parte dos potentados locais. O que ela percebia numa observação aproximada das relações de poder no campo era a evidência de um verdadeiro "campo minado". A memória desses trabalhadores uma vez desvelada tornar-se-ia um perigo iminente para as suas próprias vidas (RANGEL, 2000).

Essa sensibilidade perpassava a todos que empreendesse uma pesquisa nessas áreas onde ocorreram acirrados conflitos. Certo pesquisador lembra dessa sensação predominante na memória dos trabalhadores. De acordo com ele, "o pessoal tem muito medo de falar; ainda tem medo. Eu não sei por quê. Não sei se era por conta do Golpe Militar, que veio tentando acabar com tudo, parou toda a Liga, mataram as pessoas que participavam disso. Então, o pessoal tem muito medo de falar abertamente..." (VAN HAM, 2006, p. 108).

O fato é que a violência rondava silenciosamente. Conhecendo muito bem o medo, as elites dominantes se utilizaram arbitrariamente de técnicas abusivas com o objetivo de promover esse estado emocional, provocando nas suas vítimas verdadeiras situações de perigo. Isso, muitas vezes, obrigava o trabalhador a silenciar-se diante das ameaças que sofria.

Depois de quase vencido o medo, muitos narradores daquele passado "aventuram-se" quebrar o silêncio que predominou por muito tempo numa relação de poder, onde era expressiva a violência nas relações de trabalho.

As memórias de camponeses, posseiros, trabalhadores permitem-nos pensar as imagens de representação feita por eles em relação a todas as práticas de violência, promovidas pelos latifundiários, e, em muitas situações, pelo próprio Estado. Isso fica evidente na narrativa de

certa camponesa, ao ser expulsa da sua própria casa e das terras onde morava na Fazenda Tambaba, no município do Conde-PB, na década de 1980. Ao lembrar da repressão da polícia militar, afirma: "Eles era (sic) a justiça e a lei e nós os condenados por um crime, o crime de querer um pedaço de terra para dela tirar a comida dos nossos filhos e a nossa, um crime sem perdão para os proprietários de terra" (MOREIRA, 1997, p. 72).

A resistência dos trabalhadores e camponesas se apresentavam de diversas formas e representam uma memória de luta, de embate. Entre muitos exemplos de tais práticas uma nos chama atenção pela forma direta do enunciado. O senhor Manoel Romão Neves lembrando, em 1975, as ameaças e expropriação sofridas por muitos que moravam na Fazenda Mucatu, no município de Alhandra-PB, afirma a sua decisão diante da expulsão de muitos camponeses que cultivavam essas terras: "Só saio daqui morto. Vou resistir até o fim e lutar por meus direitos"[7].

No entanto, nem todos os trabalhadores e camponeses se permitiam participar de uma luta aberta e direta contra as injustiças promovidas pelas elites agrárias. Sindicatos, associações não pareciam formas que garantisse a integridade física, principalmente, daqueles trabalhadores.

Para muitos estudiosos a recusa à resistência direta configurava-se como sendo, portanto, uma aceitação do estado de exploração em que viviam aqueles agentes históricos. Contudo, tal compreensão foi superada por estudos que apontam a existência de diversas formas de não aceitar, de resistir, inventadas pelos populares. No território paraibano alguns exemplos de pesquisas apontam essas experiências. Ao estudar as relações de trabalho nos campos de produção de agave nos Cariris Velhos da Paraíba entre as décadas de 1930 e 1960, a historiadora Mariângela Nunes analisa as diversas práticas de resistência empreendidas pelos trabalhadores rurais sem-terra empregados na atividade do agave e nas plantações da agricultura de subsistência, especialmente no momento em que é introduzida nessa região a mecanização da agavicultura. Em sua tese, observou que as reações e indignações dos lavradores que se apresentavam por meio do absenteísmo, do atraso, das trapaças, das doenças, da "diabolização" do agave se constituíam em táticas e astúcias. Estas podem ser compreendidas como formas de resistência cotidiana (NUNES, 2006).

A senhora Carmelita Alves, nasceu no campo em 1930, no município de Alagoa Grande-PB, onde ainda hoje vive. Ela trabalhou grande parte de sua vida na agricultura cultivando diversas culturas, principalmente hortaliças. Quando pergunto sobre o corte de cana, ela se refere a um período de grandes dificuldades e sofrimento. O seu esposo que foi cortador de cana e cambiteiro juntamente com os filhos reclamavam dolorosamente do labor. Ao lembrar esses momentos, afirma:

[7] O NORTE, João Pessoa, 18 jun 1975, p. 5

> Ave Maria! Trabalhava de morrer! Tudo [os filhos] achava ruim. Eu tinha um filho que carregava cana nos burros para o engenho, cortava cana, limpava mato, tudo tinha época [...]. Ele disse: 'eu vou me embora que se minha alma tiver vergonha eu não passo nunca mais na Paraíba!' Não é que [...] não veio mesmo! E os irmãos que trabalhavam nessa vida [na cultura canavieira] foram embora (ALVES, 2013).

A migração do esposo e filhos de dona Carmelita para a metrópole (Rio de Janeiro) é uma situação comum nas mesorregiões do Agreste e Zona da Mata paraibana. A "fuga" de parte da população de uma região que se caracteriza como opressora para uma outra que apresente melhores oportunidades de emprego configura-se como sendo uma prática de resistência. Trata-se da busca por melhores condições de vida. Significa um não aceitar a condição que lhe foi oferecida/imposta inicialmente, o trabalho na cana de açúcar, e que lhe parecia opressor.

Quando não se tinha a possibilidade de buscar outro espaço menos opressor, enfrentava-se a exploração e expropriação indiretamente. Certa narradora lembra como se dava as relações entre o proprietário e o morador, na Fazenda e Engenho Santana, em Cruz do Espírito Santo-PB. Segundo ela,

> Era um bocado de coisas que eles não queriam que se fizesse. Só sei que pai teve que terminar com o sítio de bananeira, que ele plantou por aqui. Só era para plantar essas coisas que [...] eles plantavam algodão, fava, feijão, milho [...] E o algodão, nós éramos obrigados a vender no Engenho. Se tirasse uma arroba [para vender fora] [...]. Tinha lugar que era mais caro [onde se podida vender por um preço melhor], mas não podia [...]. Só se a pessoa 'roubasse' de si mesma. E tinha gente que fazia isso: 'roubava' dele mesmo, saía de madrugada com carga, para vender não sei onde, porque lá era mais caro. E aqui eles pagavam no preço que queriam [...]. Quando eu vendia dez ou quinze arrobas de algodão, se fosse vender em outro canto, acho que tinha [pesava] bem vinte [...]. E eles [os proprietários] ali no pé da balança [...]. Mas ninguém dizia nada. Viam e conheciam, mas não falavam [...] (VAN HAM, 2006, p. 66-67).

Além de ser obrigado a vender o produto para o dono de engenho, era esse mesmo que estabelecia o peso do algodão e o preço. A narradora sugere a existência da prática de adulteração no peso da balança que favorecia diretamente o proprietário. Embora o trabalhador se sentisse roubado pelo dono do engenho, ele não reclamava por medo de sofrer retaliação. O silêncio, como forma de aceitação, era socializado com os companheiros de trabalho. Enquanto para essa camponesa a prática de vender o algodão para outro comprador significava "roubar" de si mesmo, romper com a regra estabelecida, para alguns trabalhadores não tinha o mesmo sinônimo. A busca de uma oferta de melhor preço para o produto se dava por meio do disfarce. O trabalhador saia com a carga de algodão "de madrugada" para que o proprietário da terra não visse, embora os vizinhos e parceiros soubessem.

De acordo com o senhor Francisco Nascimento, sempre tinham trabalhadores que eram a favor do patrão e eram conhecidos na comunidade por meio de termos depreciativos. "Em todo

canto tem chirimbaba[8][...] se chama o chaleiro, porque gostava muito do patrão. Se chama chirimbaba!" (NASCIMENTO, 2014). A aproximação desse personagem do senhor de engenho ou usineiro, visto como uma forma daquele obter certos benefícios em detrimento dos demais é condenada por todos os que se sentem explorados pelo proprietário. Para James Scott, "as palavras usadas pelos seus pares para descrever tal comportamento (lambe-botas, lambe-cus, vendido, bajulador) destinam-se..." não apenas a depreciar o sujeito, mas também a insultá-lo, ofendê-lo, "impedi-lo, podendo ser complementadas por olhares discriminatórios, comportamento de exclusão ou mesmo violência física" (2013, p. 59). Dessa maneira, poucos se atreviam a empreender tal ação. Em uma pesquisa que este antropólogo desenvolveu na aldeia malaia, observou que os rendeiros

> [...] haviam desenvolvido entre si uma importante norma, condenando qualquer camponês que oferecesse ao proprietário uma renda sazonal mais elevada do que outro rendeiro com o objetivo de ampliar a sua área de cultivo. Há quinze anos, um deles terá violado a regra; desde então a sua família é malvista e ostracizada por toda a comunidade e nunca mais foi convidada para as festas organizadas pelos familiares ou amigos da família ofendida (2013, p. 59).

Modos de sanções semelhantes são mais comuns em sociedades onde a disparidade social é gritante. A vigilância cotidiana no interior do grupo por seus próprios membros visa evitar qualquer comportamento desviante que possa comprometer a potencialização de suas ações. Assim, aquele que colocar o grupo em perigo pode sofrer certas punições. Essa vigilância e sanção aplicada assegura que se potencialize as suas ações. Percebe-se então que, "as relações de poder geradas nos seios dos grupos subordinados são muitas vezes a única força capaz de contrabalançar a determinação da conduta a partir de cima" (SCOTT, 2013, p. 59).

Quando as casas dos moradores eram derrubadas pelo proprietário de terras, muitos daqueles resistiam, seja de forma direta ou indiretamente. Nas narrativas desses personagens havia um verdadeiro embate que se realizava cotidianamente. Certo entrevistado afirma: "[...] aí se juntavam de noite, o povo ía e fazia a casa, em tal canto. [...] Mas, começavam à noite, e ao amanhecer do dia, já estava pronta a casa. Construíam a casa, aí depois o proprietário ia e botava a baixo". (VAN HAM, 2006, p. 44). A existência de uma rede de solidariedade dentro do grupo de trabalhadores funcionava, mesmo que de forma complexa, como um mecanismo de força que exercia certo poder de pressão sobre as forças opressoras, permitindo, no mínimo, reduzir o poder dessa opressão. Quanto mais coeso fosse o grupo maior seria a pressão exercida contra o latifundiário. É importante observar que essa prática não consiste apenas de uma luta material, nela há também uma ação que se configura num embate simbólico.

[8] Trata-se de uma expressão pertencente ao dialeto dessa região e que é usada para definir os sujeitos que procura agradar o patrão com o objetivo de obter proteção, proveito, privilégios. Como o próprio entrevistado define, o termo "chirimbaba" é sinônimo de chaleiro. De acordo com o dicionário informal, esse vocábulo muito usado no Nordeste "é atribuída a pessoa sem valor, ralé ou, às vezes, muito submissa em geral". Ver: CHIRIMBABA. Dicionário inFormal (SP) online, 20 mar. 2017. Disponível em <http://www.dicionarioinformal.com.br/chaleiro/>. Acesso em: 20 mar. 2017.

Mas o embate não permanece apenas e tão somente nessas vias, como já visto no exemplo acima. Ele toma outros modos, com "táticas" e "discursos ocultos" que possam permitir aos grupos subordinados transgredir as normas impostas por ideologias dominantes e oferecer-lhes resistência, evitando, portanto, retaliações ou até mesmo um confronto. Ao mesmo tempo em que o embate continua, evita-se o confronto direto. Uma dessas saídas pode ser encontrada na literatura de cordel. Certa cordelista ao explorar a impunidade do assassinato da sindicalista Margarida Maria Alves, em 1983, permite essa observação. Depois de dissecar a dor da perda da líder sentida pelo seus pares, enfatizando a impunidade, a autora dispara num tom ameaçador: "Você, enquanto for vivo/ Conserva o crime escondido/ Porém, depois que morrer/ tua alma dará gemido/ por não poder ver a face/ do Messias Prometido!". Em outra estrofe, mais adiante ela lança uma sentença ainda maior ao latifundiário: "É muito triste um filhinho/ que sempre viveu contente/ pensou em mil maravilhas/ estudou tranquilamente/ depois, um crime do pai/ ele pagar inocente" (LEITE, 1984; p. 11 e 14). Em um trecho de outro cordel pode-se ler:

> Me responda meu povo, se este crime/ não foi obra dos donos do dinheiro?/ Quem não sabe que as corjas de usineiros/ rouba, explora, sonega, mata, oprime/ quero ver quem empata que eu rime/ e empregue o meu verso pra falar/ todos sabem quem a mandou matar/ mas ninguém tem coragem de dizer/ pois quem fala também pode morrer/ e são poucos que querem se arriscar (FLÁVIO, 1983, p. 5-6).

Aqui o poeta arrebata o usineiro, desmascara-o e coloca-o no lugar de um criminoso. Essa sua insatisfação e repúdio são uma representação de um sintoma social. Ele fala a partir de um lugar onde há proteção, de um "não lugar", e por isso ninguém "empata" a sua arte. Enquanto isso, o primeiro poeta busca uma justiça no território do sagrado onde ninguém é tratado de forma desigual, pois para Scott,

> A um nível mais cósmico, os grupos subordinados procuram lançar uma maldição sobre os seus agressores. Uma maldição elaborada [...]. A maldição é uma oração aberta – ainda que confinada a um público marginal – que consubstancia uma visão de futuro ou de vingança intricada e voluptuosamente ornamentada (SCOTT, 2013, p. 78).

O senhor Francisco Nascimento, ao relatar algumas de suas experiências sobre relações de classe, observando o poder ilimitado exercido pelos proprietários e lembrando o comportamento "avarento" de muitos potentados da região, declama uma poesia popular que narra a vida de *Pedro Sem*[9]. Possivelmente, essa história era socializada muitas vezes em diferentes espaços: durante o corte de cana, nas reuniões, no lazer, na casa do vizinho e em outros momentos que as circunstâncias merecesse tal reflexão. Compreende-se, portanto, que esses sujeitos tinham consciência de que eram explorados e que não aceitavam passivamente tal situação. "Ele [Pedro

[9] A lenda de Pedro Sem, de origem portuguesa, conta a história de um homem rico e avarento que, por sua suposta avareza, perdeu tudo e ficou pobre, passando a sobreviver da mendicância. No Brasil essa história ganhou várias versões na Literatura de Cordel (NOGUEIRA, 2010). A adaptação mais conhecida é a da publicação de um Folheto de Cordel do poeta cordelista paraibano Leandro Gomes de Barros, intitulado *Pedro Cem*. É provável que essa versão do pombalense (PB) se popularizou no meio urbano e rural do interior do Nordeste brasileiro entre os séculos XIX e XX, ganhando, principalmente, os espaços da gente não letrada e que reproduzia tais histórias por meio da oralidade, interpretando-as e reelaborando-as dentro de suas perspectivas.

Sem] era rico demais, mas se acabou em nada". Em sua conclusão, o entrevistado é enfático: "É porque é mais fácil um camelo passar no fundo de uma agulha do que um rico se salvar" (NASCIMENTO, 2014). O uso figurativo desta frase bíblica tão conhecida pode parecer trivial, mas, para seu Francisco Nascimento, há uma profundidade no seu enunciado. Essa "utopia" encerra o desejo da gente "oprimida", uma represália ao causador de seu dano.

A Senhora Maria da Soledade trabalhava ajudando ao seu pai na lavoura de subsistência, no sítio onde morava. Em finais de semana, para aumentar a renda familiar, costumava fazer cantorias para um público variado. Desta vez ela se encontrava em Guarabira-PB, em um dia de feira, numa cantoria com uma "companheira de viola".

> Diz quanto ele botou na bandeja: cinquenta centavos. Sabe quando você leva uma facada no peito e não tem ação! [...], aonde um trabalhador sofrido, carregando feira, tinha chegado e botou cinco cruzeiros e chegar um rico e botar cinquenta centavos. [...]. Era um dos grandes fazendeiros daqui [Alagoa Grande – PB]; [...]. E a minha companheira diz um verso penoso... Essa sextilha ainda hoje grita no meu ouvido, não decorei ela todinha, a sextilha dela não. Mas a última estrofe, quando ela disse: 'Eu tive nojo da paga do meus amigos ralés'. Isso nunca saiu do meu ouvido. E eu digo: 'confio em Deus que enquanto vida eu tiver, eu não subo mais num palanque para cantar para rico e eu nunca mais eu abro a minha boca para dizer que rico presta. E nem nunca mais eu pego a minha mãozinha para votar com rico sem vergonha de Alagoa Grande nem de canto nenhum. E nunca mais eu dou voto a favor de um rico contra um trabalhador' [...] (LEITE, 2013).

O que se encontra na fala da poetisa e que a faz lembrar é uma marca da decepção que atravessou a sua experiência, um traço de revolta, o ato de negação do senhor de terra por não valorizar a sua arte enquanto trabalho. Enquanto poetisa e camponesa resistiu ao ato que, para ela, "foi humilhante". Ao exercer esse poder Maria da Soledade resistiu à elite dominante sem necessariamente enfrentá-la direta ou abertamente. Mais adiante ela afirma: "[...] nem nunca mais eu sentei num 'pé de parede' pra fazer noite de cantoria pra usineiro nem para fazendeiro não [...]".

Quando descreve a relação dos proprietários de terra com a política local, Soledade desabafa: "Sempre os deputados são filhos de usineiros, são filhos de fazendeiros, são filhos de latifundiários, são filhos dos poderosos [...]". Para ela, o Estado não apenas representou os interesses dos potentados como é essa própria instituição,

A senhora Carmelita Alves (2013) parece não ter a mesma impressão que a entrevistada acima. Quando pergunto sobre a luta de Margarida ela afirma: "pobre com rico, já viu! Só fica para atrás, só faz morrer mesmo. Pobre se meteu com rico é para morrer mesmo". Parece que Dona Carmelita ao pensar em uma luta de classes, buscando informações nas experiências que viveu, chega à conclusão que esse embate é um conflito onde o "vitorioso é sempre o rico". Pode parecer que a entrevistada não tenha uma consciência de classe nos termos definido pelo historiador inglês Edward P. Thompson (2004), mas a frase é contundente e não se resume apenas à ideia de injustiça social (no caso de Margarida), ela perpassa por uma memória social onde reside certo ressentimento de classe.

Considerações finais

Valendo-se das memórias sobre a violência, elaborada pelos proprietários de terra, e sobre as práticas de resistência, produzidas, em sua maior parte, sob a perspectiva dos trabalhadores e camponeses buscou-se aqui analisar algumas dessas narrativas, considerando-as como a construção de um "embate". As reportagens de periódicos utilizadas neste trabalho não são consideradas uma construção a partir da visão da gente pobre do campo como os demais documentos utilizados, embora se trate de um discurso que se aproxima daqueles ao revestir-se do caráter de denúncia.

Como se sabe, um Estado gestado por representações dos grupos sociais que concentram maior parte das riquezas, evidentemente que não iria investir em uma política que favorecesse à gente pobre. Por isso, as práticas de violência consumadas por muitos proprietários de terra encontraram certa legitimação que garantia a impunidade dos autores dos delitos. Enquanto se produziu uma ideologia dominante que buscava justificar essa exploração se tentou, ao mesmo tempo, apagar os rastros e vestígios da violência patronal.

Observou-se nos discursos das narrativas e memórias de trabalhadores e camponeses que o que parece ser uma forma de aceitar passivamente a decisão do patrão encontra, no seu desdobramento, uma infrapolítica que objetiva minar parcialmente ou fragilizar os planos estratégicos forjados pelas elites dominantes. Nesse desdobramento percebe-se como se dar a operacionalização do discurso oculto, da "tática" etc. Configura-se como uma rede "danosa" – nociva mesma às elites - que se manifesta em uma multiplicidade de pequenas ações e que visa debilitar as forças dos grupos dominantes. A suposta passividade dos subordinados, como pensavam muitos, não passa de uma armadilha que esconde, nessa generalização, uma verdadeira rede de tramas que consiste não mais que em formas de resistência. A arma do "mais fraco", como define Scott, permite aos populares empreender um embate cotidianamente, consentindo, em primeiro plano, a sua própria sobrevivência.

A arquitetura das narrativas se constitui não apenas dentro de um fazer lembrar, mas também como uma espécie de máquina de combate, onde se percebe o esforço que fazem os narradores de imprimir em suas falas a brutalidade dos seus algozes. O esforço de lembrar, a coragem de falar e compartilhar essas experiências consistem numa luta política para a construção de um espaço de memória desse embate. Resta à história o papel de fazer aflorar em sua escrita os conflitos, fazer aparecer as diversas memórias e, especialmente, não deixar silenciar a verdade.



Referências Bibliográficas

ALVES, Carmelita da Silva. **Entrevista concedida a Rivaldo Amador de Sousa.** Alagoa Grande, 19 Dez 2013.

BARBOSA, Sebastião. **A mão armada do latifúndio:** Margarida, quantos ainda morrerão? João Pessoa: Editora A União, 1984.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade:** lembranças de velhos. 16 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

BRUNO, Regina Angela Landim. **Nova República:** a violência patronal rural como prática de classe. *Sociologias*, Porto Alegre, Ano 5, nº 10, jul/dez 2003, pp. 284-310

CARNEIRO, Ana; CIOCCARI, Marta. **Retrato da Repressão Política no Campo Brasil 1962-1985:** camponeses torturados, mortos e desaparecidos. 2 ed. Brasília: MDA, 2011.

CARVALHO, José Murilo de. **Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo:** uma Discussão Conceitual. *Dados*, Rio de Janeiro, v. 40, n. 2, 1997.

CHIRIMBABA. Dicionário inFormal (SP) online, 20 mar. 2017. Disponível em <http://www.dicionarioinformal.com.br/chaleiro/>. Acesso em: 20 mar. 2017.

DABAT, Christine Rufino. **Moradores de Engenho:** relações de trabalho e condições de vida dos trabalhadores rurais na zona canavieira de Pernambuco, segundo a literatura, a academia e os próprios atores sociais. 2 ed. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2012.

FLÁVIO, José. **Margarida, flor de briga da campanha trabalhista**. Alagoa Grande – PB: Folheto de cordel (datilografado), 1983.

LEITE, Maria Soledade. **O sangue pede justiça**. Alagoa Grande-PB: Folheto de Cordel, (datilografado), 1984.

MOREIRA, Emília**. Por um pedaço de chão**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1997. v. 1 e v. 2.

NASCIMENTO, Francisco. **Entrevista concedida a Rivaldo Amador de Sousa**. Alagoa Grande, 10 Jul. 2014.

NOGUEIRA, Carlos. **A Lenda de Pedro Sem:** da oralidade à poesia romântica, ao cordel (português e brasileiro) e à literatura para crianças e jovens. *ECCOM*, v. 1, n. 1, jan/jun 2010, pp. 17-37.

NUNES, Mariângela de Vasconcelos. **Entre o capa verde e a redenção:** a cultura do trabalho com o agave nos Cariris Velhos (1937-1966, Paraíba). Tese (doutorado em História). Brasília: Universidade Nacional de Brasília, 2006. 291 p.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento e silêncio. In: **Estudos históricos 3**, memória. Rio de Janeiro, 1989.

RANGEL, Maria do Socorro. **Medo da morte, esperança da vida:** a história das Ligas Camponesas na Paraíba. Dissertação (Mestrado em História). Campinas, SP: Universidade Estadual de Campinas, 2000. 372 p.



ROLLEMBERG, Denise; QUADRAT Samantha Viz (Orgs.). **A Construção social dos Regimes Autoritários:** legitimitadade, consenso e consentimento no século XX Brasil e América Latina. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011

SCOTT, J. **Weapons of the weak:** everyday forms of peasant resistance. New Haven and London, Yale University Press, 1985. 389 p.

_____. **A dominação e a arte da resistênci***a*: discursos ocultos. Lisboa: Editora Letra Livre, 2013.

______. Exploração normal, exigência normal. **Revista Brasileira de Ciência Política,** nº 5. Brasília, Jan-Jul de 2011. p. 217-243

______. Formas cotidianas da resistência camponesa. **Raízes,** Campina Grande, v. 21, n. 1, p. 10-31, jan./jun. 2002.

SILVA, Marcília Gama da. **Informação, Repressão e Memória:** a construção do estado de exceção no Brasil na perspectiva do DOPS-PE (1964-1985). Recife: Editora UFPE, 2014.

THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária inglesa.** Tradução de Denise Bottmann. 4 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004. 1 vol.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado:** história oral. Tradução de Lólio L. de Oliveira. 2 ed. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

VAN HAM, Antônia Maria. et al (Orgs.). **Memórias do povo:** João Pedro Teixeira e as Ligas Camponesas – deixemos o povo falar. João Pessoa: Idéia, 2006. 390 p.